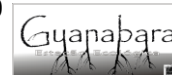




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA DE GUAPIMIRIM E ESEC DA GUANABARA – 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de 2011, às quatorze horas, teve início no auditório da APA de Guapimirim a reunião extraordinária do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara. O presidente do CONAPAGUAPI, Breno Herrera, abriu a reunião saudando conselheiros e convidados. Expôs temática da reunião, esclarecendo sobre finalização do plano de manejo da ESEC e última consulta ao Conselho acerca do plano de manejo antes da publicação do mesmo. Breno apresentou Alessandro Neiva. Breno apresentou o outro tema a ser tratado, a proposta da empresa Megatranz de transporte de equipamentos pesados do COMPERJ pelo rio Guaxindiba. Breno esclareceu que já está em licenciamento o Porto em São Gonçalo para cumprir esta finalidade de transporte de equipamentos. Esclarece que EIA apontou transporte fluvial como menos indicado como alternativa. Breno esclareceu que já tramita licenciamento do referido Porto e acrescentou a informação de que, conforme vinculado na imprensa, diretor da Petrobras sugere alteração de condicionante do COMPERJ para atender transporte de equipamentos pesados por via fluvial. Breno comunicou que representantes de pesca estiveram presentes na última reunião ordinária do CONAPAGUAPI, na qual foi feita menção ao empreendimento de transporte fluvial e acrescentou que representantes da pesca apresentaram à plenária do CONAMA proposta de moção contrária ao empreendimento (transporte fluvial). Breno apresentou Marcelo Pessanha, responsável pela CR8/ICMBio, e Rogério Rocco. Seguiu-se a apresentação feita por parte da Megatranz, conduzida pelo engenheiro Valter. Valter afirmou tratar-se de proposta que Megatranz apresenta a Petrobras como solução para problema existente. Valter afirmou que equipamentos são demasiado pesados pra transporte por estradas, como uma das justificativas à proposta. Valter afirmou que Megatranz teve iniciativa de apresentar proposta a Petrobras. Valter caracterizou transporte fluvial como provisório, visando não atrasar empreendimento da Petrobras. Valter informou que Megatranz contratou Ecology e Microars, empresas especializadas e afirmou que Megatranz defende que haja mínimo impacto possível, acrescentando que serão utilizadas balsas. Afirmou que a embarcação prevista é a menor possível, de forma que a necessidade de desassoreamento seja a menor possível. Afirmou em sua apresentação que será utilizado regime de marés, visando minimizar impacto. Afirmou ser a técnica de dragagem o menos impactante possível. Afirmou que a empresa escolheu o rio Guaxindiba pelo mesmo estar fora da ESEC. Apresentou, enfim, técnicas e critérios empregados visando minimizar impacto. Afirmou que a proposta seria construir atracadouro no canal do rio Guaxindiba. Afirmou que a obra durará apenas 20 dias. Afirmou que o tempo de percurso será de 2 horas de navegação por operação, previstas 18 operações, em período de 8 meses, totalizando 72 horas de operação. Palavra de Gilberto Alvez, representante da colônia de pesca Z8. Gilberto manifestou preocupação com o bota-fora. Valter esclareceu que essa questão será tratada pela Ecology. Valter passou a palavra a Ecology, tendo início a apresentação por parte de José Luis, oceanógrafo. José afirma ser a via fluvial temporária, visando não haver atraso na obra do COMPERJ. José afirmou que Petrobras não quer que condicionante “caia”, deseja tão somente aumentar velocidade das obras do COMPERJ. José menciona cenário de atrasos no licenciamento do porto de São Gonçalo. José afirmou que vias existentes não suportam peso do equipamento a ser transportado. Afirmou que há atrasos na obra e deseja oferecer solução à Petrobras. Estimou que serão feitas apenas 18 viagens de balsa. José afirmou que entende que navegação teria que ser autorizada por ICMBio. Afirmou que calado de rebocadores é de 2,5m e corroborou demais afirmações, feitas por Valter. Afirmou ter feito estudo detalhado de profundidade e de cada uma das curvas do rio. Apresentou considerações sobre transporte terrestre previsto. Afirmou ser necessário fazer desassoreamento na foz





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

do Guaxindiba, no volume de 90 mil m³, conforme estudo de batimetria. Afirmou que desde a foz até a altura do canal do Cangurupi não haveria intervenções, mas haveria uma série de intervenções a partir do canal do Cangurupi. Breno lembrou que deveria ser mencionado que trecho 2 carece de supressão de vegetação, além de dessasoreamento. José afirmou que trata-se de vegetação flutuante. José afirmou ser a Megatranz a grande responsável pela atividade. Afirmou não esperar que haja nenhum processo erosivo. Esclareceu que sedimento contaminado será disposto em terra. Malafaia perguntou se haveria algum tipo de tratamento no material (“bota-fora”). Jose afirmou que parte não contaminada será jogada no mar, e contaminada em terra. Apresentou áreas de influência direta e indireta do empreendimento em questão. Breno interrompeu e afirmou que a obra atravessa UC Federal e que a forma de apresentação nos condizia com experiência da Ecology, em razão da área da UC ser tratada como área de influência indireta. Marcelo Pessanha criticou apresentação. Afirmou que apresentação não condizia com impacto real. Criticou também a apresentação da área da ESEC como área de influência indireta. José continuou com a apresentação. José apresentou informações sobre levantamento realizado pela Ecology, a saber, interferência na atividade pesqueira, incluindo eventuais benefícios aos pescadores, melhora na circulação hidrodinâmica no Guaxindiba, apresentando enfim, aspectos positivos e negativos da intervenção proposta. Apresentou demais aspectos do projeto, incluindo programas previstos. José encerrou a apresentação. Palavra do representante da empresa Microars, Sr. Paulo Brando. Paulo afirmou que Guaxindiba era navegável no passado, na década de 30. Afirmou ser um bom rio para navegação. Fez explanação sobre navegação, marés adequadas para navegação. Afirmou ter se preocupado com afirmação feita na imprensa acerca de retificação, feita por Mario Moscatelli. Paulo afirmou não ser necessária retificação. Palavra de Gilberto. Discorreu sobre assoreamento da baía. Pontuou que aprova ideia da dragagem da foz. Afirmou que não defende empresa, defende a sua própria visão. Afirmou que deveria também ser dragado o rio Caceribu. Restringiu sua opinião sobre dragagem à foz. Solicitou estudo sobre bota-fora, solicitou levantamento que contemple pescadores para saber quanto tempo ficarão parados. Palavra de Sr. Alexandre Anderson, da AHOMAR. Declarou-se espantado com motivação sobre alternativa, ou seja, a motivação ser pressa e questão financeira. Afirmou que Petrobras está “jogando no chão” condicionante, APA e ESEC. Afirmou que os pescadores já admitiram que se fizesse píer na Beira. Afirmou já haver passivos, então. Afirmou que haverá impactos permanentes para quem vive do pescado. Afirmou não querer desassoreamento desta maneira. Afirmou que maré de sizígia tem capacidade de carrear sedimento por 30 km, que causará impacto para o meio ambiente e para quem vive do meio ambiente e, ainda, não entender que a vegetação a ser suprimida se trate de vegetação flutuante. Previu que impacto da vazão do rio se estenda até a praia de Mauá, fazendo com que as águas poluídas – “o esgoto” – chegue até a praia de Mauá. Afirmou que pescadores enxergam esta proposta como “o Apocalipse”. Palavra do Sr. Aláido Malafaia. Malafaia demonstrou preocupação com a intervenção proposta. Lembrou que não se falou em tratar o rio Guaxindiba antes da obra. Afirmou haver uma extensão de 4 km de baía para serem dragados. Perguntou sobre compensação sobre impactos à ictiofauna. Afirmou que haverá impacto na passagem da basla. Breno lembrou que impacto deveria ter sido previsto de maneira dobrada, ou seja, a ida e a volta da basla, e lamentou mais uma vez a forma de apresentação equivocada. Marcelo Pessanha afirmou que apresentação enganosa enseja atuação por parte do órgão ambiental. Breno afirmou que vegetação flutuante está associada ao manguezal, e que o projeto, então prevê retirada de vegetação de UC Federal. Breno lembrou da incidência de metais pesados no sedimento. Breno afirmou que estudo apresentado desconsiderou monitoramentos realizados por Vereda Estudos e Projetos e Habtec Engenharia Ambiental, dados produzidos pela própria Petrobras, apontando a presença de diversos metais pesados, além de níquel, cobre e cádmio acima dos níveis tolerados. Breno fez esclarecimentos sobre processo de revolvimento do fundo e disponibilização de





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

metais pesados. Sr. Estefan Monteiro, da Ecology, esclareceu que estudo apontou, sim, a presença de metais pesados. Marcelo Pessanha disse que a situação fica pior ainda mediante esse reconhecimento. Marcelo critica mais uma vez apresentação do estudo. Palavra do representante da Microars, Sr. Pedro, fazendo mais esclarecimentos sobre navegação. Malafaia afirmou que sua pequena embarcação passa escavando o leito do rio e se pergunta o que causará a passagem de uma grande embarcação. Malafaia afirmou que obra é contrária às iniciativas de despoluição da baía de Guanabara, e que implica em desemprego aos pescadores. Palavra de Flávio Lontro. Flávio afirma que com seu barco leva uma hora e dez minutos para fazer a travessia prevista pelo empreendimento em questão. Flávio afirmou que leu no jornal O Globo que a balsa teria 60 m de comprimento, fora os rebocadores. Flávio afirmou duvidar que a balsa passe sem que se retifique o rio, dado o comprimento estimado de 100 metros, incluindo a balsa, cabos de transporte e rebocadores. Palavra do responsável pela Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo. Perguntou à Ecology qual o critério utilizado para definir áreas de influência indireta e questionou também sobre destinação do material. Informou ter a Secretaria de meio Ambiente de São Gonçalo ter produzido documento de repúdio à obra. Breno esclareceu que obra não foi licenciada. Pessanha afirmou que situa obra tão somente como “matéria de jornal”, não havendo nenhum pedido formal de manifestação ao ICMBio. Breno reiterou tratar-se apenas de uma proposta, sendo o RAS (Relatório Ambiental Simplificado) recebido a título de conhecimento. Palavra do Sr. Estefan, da Ecology. Fez explanação sobre critério de delimitação de impacto direto ou indireto. Breno reiterou que a área delimitada como de influência indireta é área de influência direta. Sr. Alexandre Azevedo, pesquisador, afirma que tecnicamente impacto é direto, não cabendo outro entendimento do ponto de vista técnico. Palavra do Sr. Manoel Santos. Manoel afirmou que antigamente o rio Guaxindiba era o melhor rio para se pescar, dada sua posição na baía. Manoel afirmou ser necessária a dragagem. Manoel afirmou que Guaxindiba é extremamente contaminado, que não há peixes, e que o rio “ferve”. Manoel acha que o que quer que seja feito, não vai piorar a qualidade do rio. Manoel pede ainda que seja feita dragagem do Caceribu como compensação. Milton, presidente da Z9 avaliou que apresentação feita por empresas é enganosa e distorcida. Milton perguntou o que vai ser feito para compensar a comunidade pesqueira, já que haveria impacto imediato. O Sr. Representante do sindicato de pesca declarou que não considera ser só uma proposta, considera já estar o processo adiantado, devidamente recebido pelo órgão estadual, e criticou a Petrobras por querer atropelar o meio ambiente. Estefan da Ecology pediu a palavra. Estefan afirmou já ter pedido opinião ao ICMBio por 3 vezes, a título de facilitar as negociações, embora não formalmente. Estefan afirmou haver boa vontade da Ecology para absorver demandas dos pescadores. Pedro, representante da Microars fez mais considerações sobre navegabilidade, ressaltando sua experiência. Flávio Lontro fez considerações sobre navegação, ressaltando também sua própria experiência. Pedro afirmou que embarcação não vai tomar 100 m de extensão. Marcelo Pessanha perguntou qual a margem de erro do volume de dragagem. Representante da Microars, Sr. Pedro Brando afirmou que são 20 % de margem de erro. Estefan afirmou que seriam 10 %. Pessanha ressaltou que se incluindo devidamente mesmo a menor das margens de erro, o projeto em questão incluiria o volume dragado na obra na categoria que seria necessária a elaboração de estudo de impacto ambiental. Palavra de um dos responsáveis pela Megatranz. Afirmou que intenção da Megatranz é sair com saldo ambiental positivo. Palavra do Breno. Breno discorreu sobre o conselho. Afirmou que manifestação é do conselho, e não da APA, ou ICMBio. Breno afirmou que conselho é consultivo na forma, mas deliberativo na essência. Lembrou que conselho da APA manifestou-se contrário ao COMPERJ, na ocasião, chegando a gerar sua manifestação uma ação civil pública. Afirmou que conselho “fala pela APA”. Breno afirmou não ser o empreendimento passível de licenciamento simplificado. Ressaltou que há elementos no RAS que sugerem ter sido o documento produzido minimizando impactos reais. Ressaltou que a justificativa para a empreitada é financeira. Pessanha disse que já houve





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

um estudo de viabilidade para atender à demanda do transporte de equipamentos e já foi tomada uma decisão, e que agora é apresentada uma outra proposta, pautada como provisória. afirmou que o COMPERJ ganharia, mas não entende em que ponto haveria qualquer ganho ambiental ou social. Pessanha perguntou por que meio ambiente teria que pagar a conta de atrasos de cronograma da Petrobras. Palavra de Breno. Breno festejou notícia dada na apresentação feita pela Megatranz\Ecology de que há um caminhão que comporta o transporte do equipamento pesado por vias terrestres, evidenciando a falta de necessidade do transporte fluvial. Palavra de Alexandre da AHOMAR. Alexandre propôs moção de repúdio à obra. Alexandre leu proposta de moção de repúdio, e acrescentou já ter sido apresentado o documento e aprovado, em outros fóruns. Alexandre afirmou que pescadores, coletivamente, estão dispostos a impedir a obra, fazerem manifestações na rodovia e no rio. José Carlos, do Innatus perguntou se já houve alteração da condicionante e sugeriu que não se “crie fato” na ocasião da manifestação de repúdio. São feitas pequenas correções na minuta da moção de repúdio, por parte da assembleia. Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo informou que secretaria repudia tal empreendimento no Rio Guaxindiba. Breno lê documento entregue pela Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo, repudiando obra e apresentando argumentações técnicas. É feita a votação relativa à moção de repudio. Gilberto se abstém de votar. Quatorze presentes se posicionam a favor. Um dos presentes se posiciona contra a moção de repúdio, sendo aprovada a moção de repúdio. Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo pediu para registrar em ata que não se opõe a projetos de revitalização do rio Guaxindiba.

Após intervalo teve início a segunda parte da reunião, referente à apresentação do plano de manejo da ESEC Guanabara. Breno apresentou Alessandro Neiva, do ICMBio-sede, e ressaltou que já houve momentos anteriores de participação da comunidade na elaboração do plano de manejo. Breno situou o momento como finalização do texto, tendo sido aberto um prazo para manifestações do conselho. Breno apontou que não foi recebida qualquer manifestação por parte do conselho. Maurício Muniz, chefe da ESEC apresentou o plano de manejo, explicando a estrutura do documento. Maurício situou o encarte 4 do plano de manejo como o mais importante, tendo este encarte sido encaminhado aos conselheiros. Maurício iniciou a apresentação do encarte 4, sucinta, apenas dos pontos fundamentais. Maurício apresentou a divisão em zonas da ESEC e estabelecimento da zona de amortecimento da ESEC da Guanabara. Maurício esclareceu sobre critérios de inclusão de áreas na zona de amortecimento da ESEC e apresentou os usos permitidos e principais conflitos em cada zona. Milton perguntou como será feito o cadastro dos pescadores, e foi esclarecido por Maurício que assunto será tratado na apresentação, mais adiante. Maurício prosseguiu com a apresentação, caracterizando usos permitidos e proibidos em cada zona. Flávio Lontro perguntou como serão resolvidos conflitos. Mauricio esclareceu que há propostas de normatização. Flávio questionou especificamente como será a pesca de linha, e Mauricio esclareceu que não haverá mais possibilidade de pesca de linha nos rios Caceribu e Guaraí, dentro dos limites da ESEC. Flávio pontuou que pesca amadora é diferente de pesca profissional e que há pesca profissional de linha, e perguntou como será. Maurício ressaltou que há localidades fora da ESEC, que a restrição está limitada à ESEC. Marcelo Pessanha se despediu efusivamente da assembleia. Palavra de Manoel Santos. Manoel perguntou como será feito o cadastramento. Mauricio esclareceu que o cadastramento será na forma de um termo de compromisso, e que a ESEC conta com a colaboração dos pescadores para cumprir esse desafio. Maurício caracterizou como uma grande batalha que se permita a pesca em uma estação ecológica, já que a categoria não permite. Flavio Lontro lembrou que na reunião passada a questão de um cadastramento de pescadores foi levantada junto aos representantes do Ministério da Pesca. Breno afirmou que conselho vai ajudar no apontamento dos caranguejeiros e sirizeiros que trabalhem na APA e ESEC. Breno esclareceu que o acordo proposto visa





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
DIRETORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

lidar com as restrições legais. Alessandro Neiva pontuou que o termo será construído pelos gestores e comunidade, sendo as regras estabelecidas neste termo. Mauricio deu prosseguimento à apresentação. Mauricio apresentou a ideia de médio ou longo prazo de que haja repovoamento (de caranguejos) nas áreas fora da ESEC. Mauricio apontou que não poderá ser usado laço. Flavio Lontro ponderou que dessa forma não haverá coleta por parte dos catadores. Milton propôs a regulamentação do numero de laços por catador, apoiado por Alexandre, da AHOMAR. Alessandro Neiva e Breno apontaram a possibilidade de construção de um cronograma para redução e extinção do uso de laço. Milton ressaltou que a cata sem redinha implicaria em pisoteio e fechamento de tocas, implicando em mortalidade de caranguejos. Flavio Lontro perguntou qual é o problema com o laço. Breno e Mauricio esclareceram que é a sobreexploração, além do resíduo do laço no mangue. Flávio propôs a realização de trabalho de educação ambiental para que não se deixe o laço no mangue. Breno declarou que educação ambiental é imprescindível. Flávio apontou que deve ser considerada a ineficiência do uso do braço, com implicações sociais negativas. Manoel Santos propôs que reuniões para tratar desse assunto sejam feitas nas comunidades. Mauricio e Breno comprometeram-se a desenvolver o processo de forma pró-ativa, indo até as comunidades e promovendo o diálogo. Milton concordou que os caranguejeiros são as pessoas mais indicadas para participar. Maurício encerrou a apresentação das normas. Maurício estendeu ainda período de contribuições ao plano de manejo até segunda feira, caso alguém se interesse. Milton perguntou se vão ser cadastrados aqueles que morem fora da APA. Mauricio e Breno esclareceram que o cadastro não se restringirá aos residentes na APA, mas se estenderá aos que fazem uso costumeiramente. Maurício esclarece que o plano de manejo não se restringe ao ordenamento pesqueiro mas, principalmente, se estende à regulação de crescimento desordenado, empresas poluidoras, grandes empreendimentos. Breno agradece e encerra a reunião, parabenizando o conselho. A reunião é encerrada às 17:50, e com nada mais havendo a acrescentar, foi lavrada esta ata por mim, Tatiana Figueira de Mello, abaixo assinada.

